

FORTALEZA FOI PELOS ARES: BASES DA METROPOLIZAÇÃO

FRANCISCO CLÉBIO RODRIGUES LOPES¹

Resumo: A Região Metropolitana de Fortaleza foi instituída na década de 1970 como fruto de uma política nacional de planejamento, cuja finalidade era integrar o território nacional e expandir o modelo urbano-industrial de crescimento. As áreas metropolitanas fornecem mão-de-obra necessária à indústria e ao mercado consumidor, por isso contaram com incentivos fiscais e creditícios para que fomentassem o desenvolvimento brasileiro. O objetivo deste texto é investigar as condições históricas que possibilitaram a metropolização da capital cearense e, dessa forma, permitir uma compreensão do processo de urbanização para além do aspecto fenomenológico.

Palavras-chave: *Urbanização. Metrópole. Cidade. Fortaleza e planejamento urbano.*

INTRODUÇÃO

Fortaleza, capital do estado do Ceará, é a quinta maior cidade em tamanho demográfico do país, com uma população de 2.452.185 habitantes e compõe, com quatorze municípios, um aglomerado urbano, cerca de 50% da população cearense (IBGE, 2010). A cidade matricial explodiu/implodiu (metáfora emprestada da física) e deu lugar a um tecido metropolitano formado por favelas, loteamentos, condomínios fechados, *resorts*, indústrias, conjuntos habitacionais, subcentros comerciais, corredores de atividades, terminais de transportes que se estende em quatro frentes, seguindo as rodovias e ferrovias.

Aparentemente, a passagem da cidade à metrópole é uma modificação na aparência física. Todavia, encerra movimentos, construções, transformações e justaposição de formas históricas diversas. É, antes de tudo, uma ruptura do ritmo em decorrência da constante mudança das direções de fluxo, do traçado ou do alargamento de ruas, necessidade imposta pela mercadoria. Assim, fissuras aparecem no tecido. Sua implosão procede dessa capacidade de reunir e de tornar simultâneos todos os elementos da vida social, e de criar as estruturas fixas essenciais à vida urbana. Contudo, o movimento leva à saturação e ao dilaceramento das estruturas: “a cidade foi pelos ares; a explosão aparece concretamente no tecido urbano que prolifera” (SEABRA, 2000, p. 11).

¹ Doutor em geografia humana pela *Universidade de São Paulo* (USP). Endereço: Rua Monsenhor Furtado, 177. Condomínio Sarah Pierre. Bloco B/ Apartamento 202. CEP: 60430-350. Fortaleza/CE. (85) 3493-1849. E-mail: clebiolopes@yahoo.com.br.

A metáfora da implosão/explosão da cidade é utilizada como ponto de inflexão, porque o crescimento quantitativo da produção criou um fenômeno qualitativo - a problemática urbana. Além disso, novas contradições se revelam inicialmente na mudança morfológica. Por exemplo, a forma reúne por decisão política num espaço homogêneo os aspectos separados da prática social - a antinomia reunião/segregação. No entanto, ela não pode ser definida fora de suas determinações, dos sistemas de pensamento e das representações, pois é produto das condições históricas.

O objetivo deste artigo é discutir os fundamentos da constituição de uma área metropolitana em torno da capital cearense, por isso, investigaremos aspectos econômicos, políticos e sociais. Com tal fim, organizamos a exposição em seis seções: a segunda - após esta introdução, que é a primeira - realiza uma análise sobre o contexto nacional de instituição das primeiras regiões metropolitanas no Brasil; na terceira, apresentamos a concepção de polo de desenvolvimento; a quarta percorre as modificações ocorridas no final dos anos de 1980 e a metropolização de Fortaleza; e a quinta descreve as atuais frentes de expansão da metrópole. Seguem-se as Considerações Finais, constituintes do último segmento.

A INSTITUIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Entre 1960 e 1970, o Brasil deixou de ser um país predominantemente rural, e passou a ser urbano porque a porcentagem de pessoas que morava em cidades passou de 45,4% para 55,9%, enquanto que a rural declinou de 54,6 para 44,1% (CAMARANO; BELTRÃO, 2000). Portanto, nesse contexto de expansão dos aglomerados urbanos, em detrimento do esvaziamento do campo, foram instituídas as regiões metropolitanas brasileiras. A criação dessas entidades foi uma estratégia do regime autoritário que visava integrar o território nacional e expandir o modelo urbano-industrial de crescimento. Por isso, contava com um planejamento altamente centralizado e tecnocrático.

Não queremos afirmar que a população tornou-se urbana simplesmente porque passou a habitar em urbes, mas devido às mudanças de ritmo às quais as suas vidas foram submetidas. A transição demográfica significou tanto a formação de um exército industrial

de reserva como de um mercado consumidor, fundamentais para alavancar a economia que estava estagnada desde o final do governo de Juscelino Kubitschek. Mediante o fornecimento de crédito, foi produzida uma demanda por bens de consumo duráveis, contudo, limitada à classe média, pois o crescimento se alimentava da forte concentração de renda. O crescimento rápido da economia brasileira entre 1968 e 1974 foi fomentado pelos seguintes elementos: uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração da renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; uma demanda externa em expansão, em função da liberalização do comércio internacional e ao subsídio das exportações; e forte injeção de recursos do exterior, que complementavam a poupança interna e permitia eliminar focos inflacionários, devido à capacidade de importar tornada elástica (SINGER, 1989).

Inicialmente, os créditos foram destinados à construção civil, via Banco Nacional da Habitação (BNH), o que gerou um crescimento de 23% a.a. Logo depois, envolveu a indústria automobilística e outros ramos produtores de bens duráveis, levando-os a uma expansão de 19,1% a.a e 13,9% a.a, respectivamente (SINGER, 1989). Em relação à construção civil, o BNH financiou as construtoras, permitindo-lhes acelerar as obras e, assim, encurtar o ciclo do capital, reduzir os custos e proporcionar aos adquirentes da mercadoria-casa financiamentos de longo prazo com o saldo devedor reajustado trimestralmente, de acordo com a inflação. Tal política conduziu à incorporação de grandes extensões ao perímetro da cidade, visto que a conversão de terra rural em urbana – através do loteamento – aparecia como possibilidade de lucro futuro.

Em Fortaleza, os primeiros grandes conjuntos habitacionais financiados pelo BNH – Cidade 2000, José Walter e Conjunto Ceará – possuíam grandes dimensões, eram mal servidos de transportes e foram construídos em áreas distantes, descontínuas à malha, onde o preço do solo era mais barato. A organização de um sistema de crédito gerou uma especulação sobre os terrenos. Logo a produção imobiliária avançou sobre os municípios vizinhos enquanto uma quantidade considerável de lotes vagos no interior do município de Fortaleza permaneceu na reserva. Como o programa era muito mais um modo de estimular as atividades imobiliárias, incluindo todo o conjunto de indústrias (de minerais não metálicos, a metalúrgica e a de material elétrico), o programa falhou entre os assalariados

pobres, pois entrava em contradição com a política salarial, de modo que grande parte dos mutuários deixou de pagar as prestações e muitos acabaram sendo despejados.

Nessa conjuntura, na qual a produção do espaço vai se tornando o motor da economia, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi instituída pela Lei Federal Complementar 14/1973, juntamente com as de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém, seguindo-se a do Rio de Janeiro, com a lei de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara. A RMF foi constituída pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz, que totalizavam uma população de 1.053.333 habitantes, sendo que, na capital, residiam 842 mil (LOPES, 2013).

Enquanto unidades espaciais, as regiões metropolitanas criaram condições para a integração e a modernização do território nacional, daí a concepção de polo de desenvolvimento associado a esses aglomerados, pois, como *locus* da concentração demográfica, elas forneciam tanto a mão de obra necessária à indústria como mobilizavam a expansão do mercado consumidor dos bens duráveis.

O TERCEIRO POLO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Em 1959, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com a finalidade de expandir a acumulação nacional mediante a transformação de parte da mais-valia, obtida via impostos, em capital. Com a criação desse novo organismo, o Estado assumiu a condição de produtor porque “detinha, entre suas funções, a capacidade de criar empresas mistas, combinando capitais da União, dos estados e até do setor privado” (OLIVEIRA, 2008, p. 251). Assim, mecanismos fiscais foram utilizados para industrializar o Nordeste, o mais conhecido foi propiciado pelos Artigos 34/18, que autorizavam empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias na região a reduzirem em até 50% o imposto de renda devido à União.

Os três estados que tiveram maior participação nos projetos financiados por incentivos foram Bahia, Pernambuco e Ceará, sendo que o terceiro teve desempenho mais modesto. No entanto, o projeto de um Terceiro Polo de Desenvolvimento em Fortaleza

fortaleceu a estrutura fabril preexistente e capitalizou os investidores locais. Por isso, a indústria têxtil e de vestuário recebeu mais investimentos, o que repercutiu no crescimento da economia cearense.

Viabilizar o terceiro polo foi papel do governador Virgílio Távora, no seu segundo mandato (1979-1982), que contou com dois técnicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB): um para secretário de planejamento, o economista Luiz Gonzaga Fonseca Mota, e outro também economista e professor da *Universidade Federal do Ceará* (UFC), Firmo de Castro. Através de incentivos fiscais e creditícios, grupos nacionais como Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado e Artex foram atraídos para consolidar a região metropolitana de Fortaleza como centro têxtil. As indústrias se localizaram na capital (zona da Francisco Sá, Parangaba, Mucuripe e Antônio Bezerra) e, posteriormente, foram ocupando o Distrito Industrial, localizado no município metropolitano de Maracanaú.

A modernização exigiu uma atualização espacial. Assim, entrou em cena o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF), fundamentado na ideologia tecnocrática que apresentava o planejamento como a solução para a “desordem urbana”. Por isso, as suas intervenções visaram à remoção das favelas de áreas centrais e à consequente liberação de áreas para o mercado imobiliário.

As diretrizes do PLANDIRF apareciam como modernizadoras, pois estavam baseadas em grandes intervenções no urbano que pretendiam disciplinar o espaço da capital e integrá-la à região metropolitana e ao território nacional através da ligação do sistema viário com as BR 116 e 222. Como a atualização da forma estava baseada em modificações do plano viário, foram abertas as vias Borges de Melo, Aguanambi, Presidente Humberto Castelo Branco e José Bastos. Além disso, foi construído o Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé. As interferências causaram o deslocamento de populações para os conjuntos habitacionais Alvorada, Marechal Rondon e Palmeiras. Se, por um lado, as intervenções no sistema viário dinamizaram o mercado imobiliário e permitiram uma acumulação urbana, por outro lado, a remoção dos favelados para os conjuntos habitacionais produziu uma periferia metropolitana.

A integração de Fortaleza ao seu território metropolitano, mediante a ligação do seu sistema viário com as rodovias estaduais e federais, permitiu a urbanização das zonas de

praia dos municípios de Caucaia (Icaraí, Pacheco e Cumbuco) e Aquiraz (Iguape). Assim, utilizando-se das vias que permitiam o abastecimento das comunidades litorâneas, loteamentos foram abertos e rapidamente ocupados por segundas residências. A incorporação foi seguida pelos conflitos, porque a aquisição da terra se deu mediante grilagem (avanço de cercas para aumentar o tamanho da área com uso de documentação irregular e fabricada), compra de coqueiros para reivindicar a propriedade (referendada na tradição que o dono da palmeira é também o dono da terra) e da aquisição de lotes a preços insignificantes (frente aos ganhos da incorporação).

A obstinação de Virgílio Távora para transformar o Ceará no terceiro polo industrial do Nordeste e a reestruturação do Centro Industrial do Ceará (CIC) foram fatores imprescindíveis na caminhada do novo ciclo de transformações na área política, social e econômica do estado. Desse modo, o final da década de 1970 no Ceará é marcado pela crise do regime militar e a transição de uma elite formada no conservadorismo por uma que utiliza a força da modernidade para legitimar as suas ações.

POLÍTICA, ECONOMIA E METROPOLIZAÇÃO

Jovens empresários que tinham assumido cargos de direção em empresas pertencentes às suas respectivas famílias se uniram paralelamente à Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e reativaram o CIC. Nele, foi gestada a candidatura de Tasso Jereissati a governador, que se apresentava como uma alternativa ao clientelismo e à corrupção. A sua vitória, em 1986, iniciou um período na política cearense, conhecido como o “governo das mudanças”, caracterizado pela modernização autoritária do setor público, no qual a maior preocupação era o desempenho eficiente da máquina governamental mediante a contenção dos gastos e a impessoalidade dos controles administrativos.

As administrações mudancistas foram caracterizadas por uma política pautada em três vetores de desenvolvimento (indústria, turismo e agronegócio) e implantação de grandes obras no espaço urbano com impacto regional ou metropolitano (rede de esgotamento sanitário, Aeroporto Internacional Pinto Martins, Porto do Pecém, Canal da

Integração, Espaço Cultural Dragão do Mar e, em fase final, o Trem Metropolitano de Fortaleza - METROFOR).

Com relação à industrialização, houve um novo impulso com a reestruturação da economia mundial nos anos 1990, pois o Nordeste voltou a ser atraente em virtude da força de trabalho barata, dos trabalhadores desorganizados, dos incentivos fiscais, da infraestrutura e da localização espacial estratégica frente aos mercados internacionais. Assim, plantas industriais se transferiram do Sul e Sudeste em busca de reduzir os seus custos de produção e a elas se juntaram o que poderíamos chamar de “maquiadoras” taiwanesas do setor de vestuário, atrás de novos locais de produção e visando os mercados norte e latino-americano. O vestuário é o setor por excelência dessa internacionalização, já que a parte produtiva pode ser realizada em vários países, demandando poucos investimentos em prédios, equipamentos e qualificação da força de trabalho (LIMA, 1997). Além dele, o têxtil e o de calçados, que utilizam trabalho intensivo, se destacam. Porém, novos ramos como metalurgia, produção de embalagens e material de transportes se instalaram na RMF, constituindo fator significativo de metropolização e reforçando a preponderância de Fortaleza, que se projetou nacionalmente.

O desenvolvimento do turismo esteve associado à produção de uma imagem positiva do Ceará. Por isso, o governo pagou à Rede Globo para que telenovelas fossem filmadas no estado, desde que se mostrasse o lado que tem infraestrutura turística, modernidade e indústria, além das reportagens em periódicos nacionais e internacionais. As políticas de fomento à atividade turística têm sua gênese na criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará (PRODETURIS). Todavia, houve um avanço considerável com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) de caráter nacional, visto que tinha como objetivo dotar as regiões incluídas no programa de infraestrutura aeroportuária, rodoviária e hidroviária, saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, equipamentos e serviços. Além disso, visava recuperar o patrimônio arquitetônico, qualificar os recursos humanos e produzir novas representações dos lugares.

Em 1992, o Ceará uniu as propostas do PRODETURIS com as do PRODETUR-NE criando, oficialmente, o PRODETUR-CE. O programa dividiu o litoral cearense em

quatro regiões turísticas: I – municípios de Caucaia, Fortaleza e Aquiraz; II- municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia; III- municípios de Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí; IV – municípios de Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha e Chaval. O programa contou com a construção de vias litorâneas que reforçaram a centralidade de Fortaleza em relação ao litoral.

A partir do início dos anos de 1990, uma série de programas do governo federal, em parceria com o Banco Mundial, incentivou a expansão do agronegócio (frutas tropicais, flores e grãos) em manchas irrigáveis no semiárido brasileiro. No Ceará, agroindústrias nacionais e internacionais se implantaram ao longo dos vales dos principais rios do estado e passaram a produzir frutas tropicais para exportação, seja em forma de fruta fresca, seja processada (sucos e polpas). Del Monte Fresh Fruits, empresa com sede na Flórida (EUA), ocupou inúmeros lotes do Perímetro Jaguaribe-Apodi (fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte) através da compra de terras pertencentes a antigos colonos e passou a produzir abacaxi e banana para exportação. A multinacional norte-americana tem faturamento anual de 3,5 bilhões de dólares, ações negociadas na Bolsa de Nova York e um histórico de problemas causados nos países onde atua. Por exemplo: na Colômbia, financiou milícias com o objetivo de desestabilizar o governo porque teve seus interesses contrariados. Desse modo, a inserção dessas empresas intensificou a expropriação de agricultores familiares, levando a uma forte concentração de terras sob os seus domínios (CINTRA, 2010). Apesar do agronegócio produzir especialidades no interior, o escoamento das mercadorias ocorre através da RMF em função da logística de transporte. Por exemplo, cerca de 7.500 km de vias asfaltadas convergem para a região metropolitana, onde estão localizados os dois grandes portos, sendo um em Fortaleza e o outro no Pecém, e o Aeroporto Internacional, no qual foi instalado um frigorífico para exportações de flores.

As políticas desenvolvimentistas tiveram forte impacto na metropolização de Fortaleza porque vieram acompanhadas de intervenções urbanísticas realizadas tanto pelo governo do Estado quanto pela Prefeitura Municipal.

FORTALEZA E A SUA REGIÃO METROPOLITANA

Numa sociedade açambarcada pela circulação do capital, tudo se expressa em dinheiro e a lei da equivalência predomina sobre as demais. A cidade, como simultaneidade e centralidade, é condição ao econômico. Todavia, possui limitações frente à infinitude do valor. Então, em virtude da sua incapacidade, ela explode/implode. Fortaleza deu lugar a uma mancha formada por favelas, loteamentos fechados, indústrias, conjuntos habitacionais, corredores comerciais, terminais de transportes, serviços de saúde e educação e onde habitam 3.615.767 pessoas, isto é, 42,8% da população cearense. A capital concentra os equipamentos urbanos e 67,8% dos habitantes da RMF (IBGE, 2010).

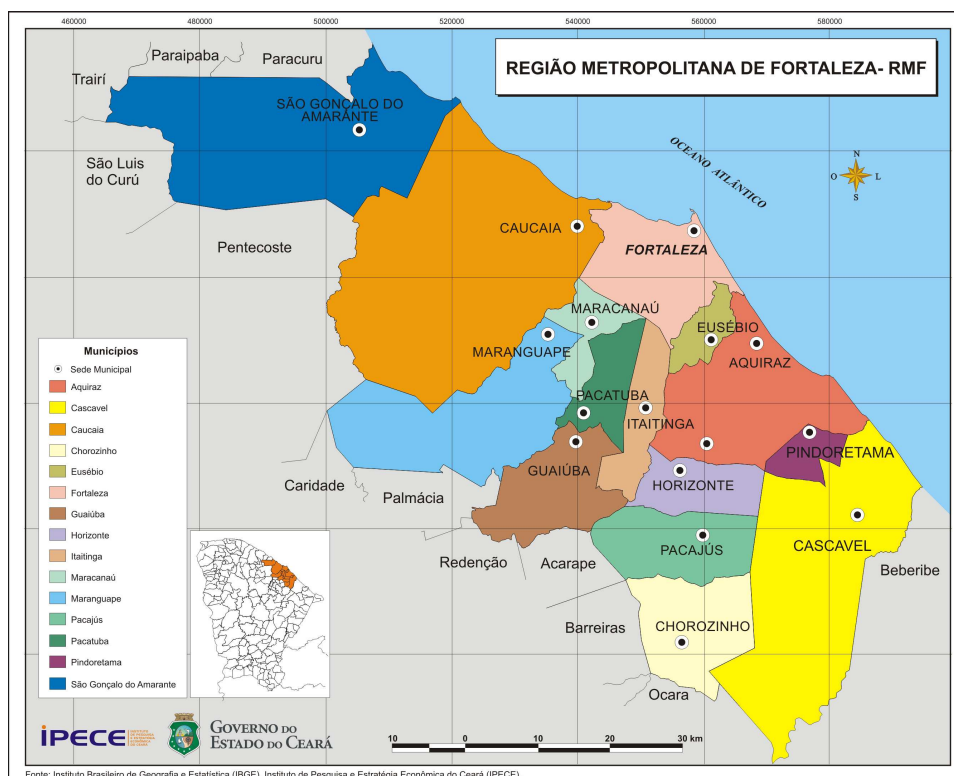


Figura 1 – Região Metropolitana de Fortaleza.

FONTE – IPECE, 2011.

O tecido avançou sobre os territórios dos municípios circunvizinhos, seguindo os corredores viários e ferroviários, tornando-se denso nas proximidades das grandes vias e rarefeito na medida em que se distancia delas. Aparentemente, parece não seguir nenhuma ordem e visualiza-se uma verdadeira confusão entre os limites territoriais. A duplicidade de endereços é uma delas, entretanto, as ações do mercado imobiliário definem a distribuição

da população espacialmente; por exemplo: na direção do litoral de Aquiraz e Caucaia, se localizam os loteamentos mais caros (geralmente fechados) enquanto que os mais populares seguem o rumo das indústrias.

Nesse sentido, a partir da forma como se dividiu a propriedade privada da terra e a divisão do trabalho, é possível estabelecer frentes de expansão da metrópole. A mais antiga é formada pelo Distrito Industrial e os conjuntos habitacionais localizados em Maracanaú e Pacatuba, nas proximidades da CE 060 e ferrovia Fortaleza – Baturité, e data da política de industrialização da SUDENE da década de 1970. Além de ser sede do Distrito Industrial, Maracanaú, em virtude das estações da linha sul do metrô, tem recebido *shopping centers* e empreendimentos imobiliários (financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV), destinados aos segmentos mais proletários das camadas médias da população, o que configura uma centralidade periférica metropolitana, visto que tem influência sobre os municípios de Maranguape, Pacatuba, Guaiuba e Redenção, além dos moradores do bairro do José Walter em Fortaleza.

A segunda abrange os municípios de Eusébio, Horizonte e Pacajús, ao longo da BR 116, e formou-se na década de 1990, em virtude da reestruturação produtiva, da abertura da economia brasileira e dos incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelo governo cearense, o que gerou uma desconcentração industrial “*concentrada*”, pois, das 49 indústrias existentes no estado, com quinhentos trabalhadores ou mais, somente 11 estão fora do perímetro da RMF (CAVALCANTE, 2011).

A terceira se iniciou com a construção dos conjuntos habitacionais (imediações da BR 020) e das segundas residências (faixa litorânea) no município de Caucaia e prossegue num forte ritmo de expansão, após a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (município de São Gonçalo do Amarante) e das obras previstas para a área (Companhia Siderurgia do Pecém, Refinaria Premiú II e usina termelétrica Energia Pecém). A virtualidade do desenvolvimento industrial gerou especulação imobiliária, favelização, com a construção de casas de madeira, de papelão e de zinco sobre as dunas das praias do Cumbuco, Tabuba e Taíba, e o cercamento dos terrenos localizados nas proximidades da CE 085.

A quarta situa-se ao longo das CEs 040 e 025, em direção aos municípios de Eusébio e Aquiraz, e é movida pelos setores do turismo (hotéis e *resorts*) e do imobiliário (loteamentos fechados destinados à classe média) ou pela associação dos dois, uma espécie de imobiliário turístico que combina segunda residência com *resort*. Assim, surgem os complexos turísticos residenciais (CTR), que oferecem acomodações hoteleiras, comércio, serviços e um tipo diferente de propriedade privada, o *timeshare*, isto é o compartilhamento da posse entre diferentes pessoas sobre acomodações hoteleiras e imóveis de veraneio, por um período que pode variar de uma semana até quatro meses. Como exemplos na RMF, Cumbuco *Golf Resort*, Superclubs Cumbuco, Complexo Turístico *Beach Park*, Aquiraz *Riviera*, *Vista del Mare* e *Golf Ville resort e residence*.

A concepção de implosão/explosão da qual partimos para explicar a metropolização consiste na dilaceração das estruturas internas da cidade principal e na projeção dos seus fragmentos sobre as vizinhas, explicada como a proliferação do tecido urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área metropolitana entrelaça com uma organicidade interna os centros de decisão, os lugares desérticos (as periferias), os locais exclusivos de moradia das classes médias e os sítios segregados (os conjuntos habitacionais), quer dizer, acomoda numa determinada base homogênea os espaços contrastantes que se articulam através dos fluxos viários e de informações. Nesse sentido, surge uma unidade geográfica que resulta dos modos como se dividiu o trabalho social (indústria, comércio, serviços e administração) e da propriedade privada. Entretanto, uma racionalidade controla tudo, faz a mediação dos conflitos e impõe a ordem.

A metrópole, enquanto concentração e centralização, tem papel fundamental no desenvolvimento capitalista. Por isso, o Estado brasileiro utilizou as áreas metropolitanas como base do seu projeto de desenvolvimento. A metropolização de Fortaleza deve ser compreendida no bojo de um projeto mais amplo de capitalização do território nacional.

FORTALEZA WAS BY AIRS: BASIS OF METROPOLIZATION

Abstract: The Metropolitan Region of Fortaleza was established in the 1970s as the result of a national planning policy, whose purpose was to integrate the country and expand the urban-industrial growth model. The metropolitan areas provide necessary manpower for industry and consumer market, so relied on tax and credit incentives to foment the development of Brazil. The aim of this paper is to investigate the historical conditions that enabled the metropolization of Ceará's capital, thus allowing an understanding of the urbanization process in addition to the phenomenological aspect.

Keywords: *Urbanization. Metropolis. City. Fortaleza and town planning.*

REFERÊNCIAS

CAMARANO, A. A; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CINTRA, L. A. “Exploração: o polígono da exclusão”. In: **Carta Capital**. 08 de setembro de 2010. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/o-poligono-da-exclusao>>. Acesso em 15/06/2012.

CAVALCANTE, A. “IDT avalia: indústria no Ceará mantém concentração e salário baixo”. In: **Diário do Nordeste**, Negócios, 15 de junho de 2011. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/>>. Acesso em 15/06/2011.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados da amostra, Ceará, Municípios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, J. C. “Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste”. In: **Lua Nova - Revista de cultura e política**, São Paulo, n.49, 1997, p. 141-158.

LOPES, F. C. R. **Fortaleza (CE) vai continuar andando para o leste: suburbanização, ideologia e cotidiano.** 2013. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes.** São Paulo: Boitempo, 2008.

SEABRA, O. C. de L. “Urbanização: Bairro e Vida de Bairro”. In: **Travessia: revista do migrante**, São Paulo, n. 38, 2000, p. 11-17.

SINGER, P. **A crise do “milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.